

LIVROS

O BREVE SÉCULO DE HOBBSAWM

Era dos extremos: O breve século XX, 1914-1991, de Eric Hobsbawm. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Maria Celia Paoli

No limiar de um novo milênio, e em plena maturidade de uma vida dedicada ao trabalho historiográfico sobre a era moderna que emerge das revoluções do século XIX — a conhecida trilogia *A era das revoluções: 1789-1948; A era do capital: 1848-1875; A era dos impérios: 1848-1875*, além de influentes livros sobre os grandes temas sociais e econômicos do século XIX (os quais, aliás, ele contribuiu mais do que ninguém para estabelecer como tais) — Eric Hobsbawm publica seu remate, uma história do século XX, sugerido como um ponto agudo, sem retorno, da crise desta era moderna. Embora este livro tenha sido admirado pelo tremendo trabalho de se construir uma síntese histórica factual na escala do século e que termina com uma conclusão pessimista fundamentada, ele é, certamente, muito mais do que isso: a escolha do historiador sobre os pontos de inflexão que constituíram os sucessivos conflitos do século e suas consequências nunca são convencionais ou arbitrárias, mas sobretudo fundadas na qualidade de este pontos dizerem da gestação do novo na história moderna, o que quer dizer, de sua política. Nesse sentido, o trabalho de Hobsbawm, além de sua escala, escolhe cuidadosamente os pontos por onde esta história foi tecida como possibilidade, como impasse, como destruição.

Como historiador, Hobsbawm jamais se prendeu às mesmas questões e temas substantivos de

"seu período", e muito menos se fechou nos tormentos vividos para exorcizar, pela denúncia ideológica, os "enganos" do passado; ao contrário, compromete-se com um deslocamento constante entre as representações culturais pelas quais a experiência social foi entendida em seus contextos originais e a percepção posterior desta, ambas conectadas com as práticas e condições materiais destes contextos. Esta constante viagem entre o(s) passado(s) que analisa e o presente em que escreve vão lhe indicar os roteiros de sua historiografia, e lhe permitem não apenas compreender os caminhos reais e possíveis da mudança histórica, como sobre ela erguer seus juízos. Creio que em nenhum outro livro seu este percurso se dá de forma tão clara e envolvente, pondo o leitor diante de uma história que, narrada através da capacidade em desenredar os fios confusos das ações e representações políticas do século — os de seus diversos tempos em relação ao presente —, dá o que pensar sobre a mudança dos modos coletivos de percepção e o tempo de deslocamento de suas questões.

Certamente isso se deve ao modo como Hobsbawm inclui a própria memória dos acontecimentos narrados no livro, mesclando as questões nascidas do tempo presente sobre o século XX com as do historiador cuja época de vida coincide com grande parte desse. Hobsbawm comenta, amplia e corrige suas próprias memórias, as de um "viajante de olhos abertos" (p. 8) por uma boa parte do século, pondo as suas fontes e a historiografia em conversa com os homens e mulheres para quem os acontecimentos públicos das décadas de 30-70 fizeram parte das texturas de suas vidas — os que viveram, protagonizaram e observaram, como jovens e adultos, certos momentos decisivos. Mais ainda, este livro é "escrito por um historiador do século XX para leitores do final do século XX": é um livro, portanto, historicamente situado diante de uma conjuntura na

qual, como escreve na parte final, a desconexão da vida privada com a vida pública, feita em nome da "ilimitada autonomia do desejos humanos", tornou-se um padrão definidor do estar no mundo, "não porque se houvessem tornado moralmente aceitáveis, mas porque tantos egos o têm" (p. 327). Um tempo onde as velhas regras convencionadas que definiam limites e fronteiras foram "desmanteladas e substituídas por um vácuo incerto" (p. 334), que abre o caminho para que os discursos dos interesses e desejos pessoais possam tornar aceitáveis as políticas neoliberais as quais, em um movimento análogo de encolhimento, restringem os mecanismos públicos reguladores das relações sociais, sobretudo o Estado-nação. Um momento, portanto, a seu ver, de ruptura da capacidade de comunicação entre gerações, para as quais o passado é muito pouco significativo, porque irreconhecível como mundo anteriormente feito em comum e de modo universal.

De fato, a questão da memória e do passado, neste livro, tem vários destinatários. Refletindo posteriormente sobre o uso que fez da memória contemporânea aos acontecimentos para escrevê-lo¹ Hobsbawm nos faz lembrar um tratamento historiográfico que também está presente em toda sua obra sobre o século XIX, neste caso por meio de sua erudição (e da peculiar capacidade de captar o detalhe sugestivo, a minúcia insignificante, os registros sobre curiosidades da cultura, para juntá-los inesperadamente nas grandes configurações das épocas). Este modo de trabalho valoriza as questões enunciadas pelas pessoas que viveram e atuaram em cada grande momento do passado, aquilo que constituía seu debate público próprio; e, portanto, é capaz de dar corpo ao passado visado pela análise, confrontando-o com as interrogações que lhe dirige o presente; neste espaço móvel, trabalha a significação de suas novas formas de aparecimento. Isto é o reverso da atitude que desconhece os consensos valorativos e políticos partilhados em um dado período, o que pode, nos adverte Hobsbawm, levar o historiador a ser anacrônico (para não falar de auto-referenciado) em seu trabalho historiográfico de reconstituição e explicação. Absolutizando-se o consenso do presente onde está mergulhado, o historiador pode perder a noção do passado como

alteridade ("um outro país", lá onde "as coisas são diferentes") e portanto a faculdade de julgamento sobre ele, além de perder a chance de captar o efeito do tempo sobre a perspectiva do historiador. Ou seja, em outras palavras: perde-se a capacidade de *distinguir* as idéias formuladas e estabelecidas no tempo, por diferentes gerações, a respeito da herança que está em seus próprios mundos e em suas próprias perspectivas e desafios, que fizeram parte dos conflitos e impasses que caracterizaram o seu tempo e das questões com que hoje nos defrontamos. Levar isto em conta também produz uma recriação própria das proposições marxistas a que Hobsbawm se filia — longe das ortodoxias e aplicação de modelos —, porque constantemente permeada pela consideração da cultura e da política. O resultado é um trabalho extremamente informado, emocionado e sofisticado, que puxa o leitor para dentro destes mundos diferenciados e articulados da história do século XX, conseguindo, portanto, o que se propôs: torná-la significativa para o presente.

Pois, de fato, este século aparece como extraordinário, neste livro, mesmo que os fatos narrados não sejam desconhecidos. O que sobressai é sobretudo a articulação feita entre estes, por onde Hobsbawm pode ver plenamente a simultânea tragédia e inventividade do século, a ilusão de controle que seus governantes, teóricos e atores sociais cultivaram a respeito das consequências de decisões políticas tomadas e a espantosa surpresa que tiveram ao vê-las em um mundo recriado várias vezes, com muita rapidez. É um século que se notabiliza pela frequência, extensão e escala mundial de seus conflitos, pela rapidez com que destruiu consensos e alternativas políticas nele construídas, pela frequente morosidade e engano das decisões tomadas pelos poderes governamentais, pelos resultados não esperados que estas geraram a cada momento crítico, pela violência extraordinária com que exterminou enormes parcelas da população civil em suas guerras, pela desorganização que provocou nas economias e sociedades nacionais, pela desterritorialização constante e conflitiva de pessoas e modos de vida. Compreende-se que não veio do nada a atual perda de referências do que seja uma sociabilidade regrada, que Hobsbawm aponta no final do livro: o transbordamento da brutalização, intolerância ou indiferença nas relações sociais, a perda dos parâmetros e controles anteriormente construídos ou tentados, tudo isso atravessou intermitentemente

(1) Eric Hobsbawm. "Escrevendo a história de seu próprio tempo". *Novos estudos*. São Paulo, nº 43, novembro 1995.

o século — incluindo o embaçamento, a falsificação e a banalização de sua memória.

A primeira destas referências perdidas tem a ver com a longa história da ruptura da ordem burguesa liberal capitalista do século XIX: do funcionamento de sua economia capitalista, de sua constituição política liberal, da centralidade dos Estados europeus como o cerne da política mundial, da imagem burguesa triunfante do progresso material e moral, de sua ciência, artes e indústria. A destruição desta sociedade foi de "calamidade a calamidade": custou duas guerras mundiais, duas grandes e fundas ondas de revolução e rebeliões, a queda dos imensos impérios coloniais, uma crise econômica tão sem precedentes que colocou o próprio capitalismo de joelhos e uma crise profunda das instituições democrático-liberais pelo sucessos momentâneos dos fascismos. Cada um destes acontecimentos forma um dos sete primeiros capítulos do tempo que Hobsbawm chama de "A Era da Catástrofe" (1914-1947) e cada um deles inaugura uma ruptura e uma mudança nos parâmetros erguidos pelo século anterior, indo cada vez mais para além das fronteiras políticas e morais conhecidas.

Hobsbawm escolhe descrever a I Guerra Mundial pelo lado da brutalidade que inaugurou, uma máquina de massacre em condições e escala até então não experimentadas, onde quem não morreu nos frentes de luta corpo a corpo saiu dela com uma experiência formativa de vida marcada ou pela incapacidade de comunicação ou por um sentido de bárbara superioridade sobre a população civil; destes últimos saem os que iriam formar as primeiras fileiras da ultradireita no pós-guerra, entre os quais Adolf Hitler. Também a II Guerra Mundial é vista pela destruição e matança global que provocou, pois institucionalizou a noção de "guerra total" envolvendo toda a sociedade, uma guerra de massa que custou quantidades incontáveis de bens, 54 milhões de mortos e 40,5 milhões de pessoas desenraizadas. Hobsbawm anota aqui o alargamento das fronteiras morais daquilo que é considerado socialmente admissível: de uma guerra à outra, o impacto destas mortes foi menor, a invisibilidade das vítimas bem maior, a violência perdeu suas regras e a "democratização dos meios de guerra" (em mãos de grupos paramilitares) começou sua ascensão; a humanidade, a partir daí, passou a conviver com a "normalidade" da matança, da tortura e do exílio em massa.

Mas a questão posta através das carnificinas das guerras é o fato de estas terem se dado como um tudo ou nada, ou seja, guerras que não puderam ser resolvidas por meio de algum acordo, como havia se tornado usual no século anterior. A resposta aponta para uma diferenciação importante entre as guerras mundiais, que vai reaparecer no julgamento que Hobsbawm faz de todas as outras guerras não-mundiais do período. Na I Guerra, não houve acordo porque emergia a ambição ao estatuto de potência global tanto dos poderes políticos nacionais como das grandes corporações privadas, o que gerou uma dinâmica política internacional feita de derrotas e ressentimentos globais sucessivos, em um caminho de conseqüências não desejadas. A paz punitiva e vingativa contra os derrotados e a recusa a reintegrar as nações vencidas levou-as ou a enfrentar sua própria vulnerabilidade pelo apelo a governos de extrema direita dispostos ao confronto — e portanto à quase inevitabilidade de outra guerra — ou à revolução, coisas que os vencedores queriam evitar. Produziu um remapeamento da Europa, para Hobsbawm sem lógica e sem precedentes históricos, baseado na inadequada formulação wilsoniana do "direito de autodeterminação" dos povos em bases etnolinguísticas, formando novos Estados-nação, o que provocou conflitos nacionais que se vêem até hoje em forma absurdamente bárbara. Provocou a ruína econômica dos vencedores em nações sangradas, salvas pelo novo poder mundial que despontava, os EUA, o único a lucrar com as duas guerras. Gerou, enfim, uma era geral de catástrofe e crise nos assuntos do mundo, dos quais as principais são as simultâneas Grande Depressão de 1929 — trazendo uma desorientação geral vinda da absoluta incapacidade de o repertório de soluções econômicas liberais funcionar, bem como do liberalismo político, pois ambos impediam os governos de governarem no momento em que essa capacidade se fazia mais necessária e portanto destruíam, por sua própria inadequação, qualquer possibilidade de controle e responsabilidade públicas — e, por outro lado, a internacionalização e expansão pelo mundo da alternativa que parecia apresentar a Revolução Russa, nas décadas de 20 e 30. Tamanhos fracassos também fizeram a II Guerra Mundial ser um conflito intransigente e sem acordos, mas, à diferença da primeira, isto se deveu ao fato de ser uma "guerra de ideologias" (p. 50) no plano civil internacional. Esta diferença é crucial para Hobsbawm, exatamente na

medida em que lhe permite valorizar, no meio desse caos, quais linhas de força são capazes de restabelecer a medida civilizatória perdida pela incapacidade governamental e a resultante violência desde 1914. Pois a Alemanha de Hitler conseguiu superar todas as divisões civis nacionais na medida em "era ao mesmo tempo mais implacável e mais comprometida com a destruição dos valores da civilização ocidental da Era das Revoluções, e mais capaz de levar a efeito seu bárbaro projeto" (p. 147); nessa medida, "as linhas divisórias não foram traçadas entre capitalismo como tal e a revolução social comunista, mas entre famílias ideológicas: de um lado, os descendentes do Iluminismo do século XVIII e das grandes revoluções, incluindo, claro, a russa; de outro, seus adversários" (p. 146). Embora o irrealismo e a covardia dos governos diante de Hitler só tenham sido quebrados pelo próprio, ao demonstrar a agressividade com que queria terminar com o resto do mundo (invasão da Polônia e Tchecoslováquia), o real impulso civilizador de fato veio pela política de resistência assumida pela opinião pública, e pelo símbolo em que se tornou a Guerra Civil Espanhola ao unir homens e mulheres comunistas, socialistas, republicanos, anarquistas e liberais contra a direita armada, uma causa que mobilizou 40 mil jovens de mais de cinquenta países. Aqui, como na posterior parte sobre a Resistência, Hobsbawm mescla suas lembranças vividas com os fatos, redigindo um dos capítulos mais fortes do livro: o que mostra a união contra o fascismo mundial. Ela "antecipou e moldou as forças" que iriam vencer o fascismo (aliás, pouco analisado como forma estatal) e, mais importante ainda, antecipou um caminho de reformas sociais a ser feito através de uma união de forças diversas com a qual os governos puderam se comprometer com políticas de bem-estar social, abrindo mão de ideologias, como fórmula eficiente de paz e de "um novo tipo de democracia". Aqui, há uma outra ênfase forte de Hobsbawm, o seu "realismo político" em relação ao valor dos acordos e consensos sobre as promessas ideológicas, a seu ver incapazes de gerar reais programas políticos: por aí ele explica também a política de reversão revolucionária dos próprios comunistas, já na Guerra Civil Espanhola, e mais tarde utilizará o mesmo argumento para julgar a Guerra Fria dos anos 50-70 e os momentos altos de predomínio rebelde da ultra-esquerda, todos eles sabidamente assuntos polêmicos. Se bem que este compromisso baseado em alianças amplas não

durou muito após 1945, o essencial, para o autor, é que provou ser possível, por um momento crucial, retomar "o significado político e moral" da vida pública em vários países, incluindo os fora da Europa, na esteira da reforma surgida dos movimentos antifascistas. Os Estados que saíram dessa guerra, apesar de suas diferenças ideológicas, "deliberada e ativamente rejeitaram a supremacia do mercado e acreditaram na administração e planejamento da economia pelo Estado" (p. 176); Hobsbawm nos lembra o quanto os governos capitalistas estavam convencidos de que "só o intervencionismo econômico podia impedir um retorno às catástrofes econômicas do entreguerras", o quanto o terceiro mundo escolhia a ação pública estatal contra o atraso, o quanto o mundo em processo de descolonização encaminhava-se para o socialismo. E o quanto os defensores radicais da liberdade de mercado, como Hayek, leram fracasso e "servidão" naquilo que seria de fato uma era de milagres econômicos: nada como ter memória.

A segunda parte do livro trata do mundo que nasceu desta transformação social, mas não através do caminho socialista tão apontado pela experiência da aliança antifascista: de fato, suas lições foram filtradas pelo colapso desta aliança e construídas, paradoxalmente, pela guerra fria entre os recriados inimigos mortais: capitalismo e comunismo, que suprimiu a memória daquela aliança. Foi nessa base, nos diz Hobsbawm, que o capitalismo liberal sobreviveu, para sua própria surpresa, salvo duplamente pelo comunismo: primeiro, porque sem a URSS teria perdido a II Guerra; segundo, porque o perigo político representado por esse país — que, através do sistema de planejamento e controle adotado sobre a economia, não só havia escapado da grande depressão como parecia seguir bem em seu desenvolvimento — levou as economias capitalistas a se reformarem, abandonando a idéia de supremacia do mercado por um gerenciamento estatal orientador e administrador da política industrial, comprometidos com políticas sociais (segurança e previdência), com o pleno emprego e com o crescimento das capacidades produtivas mundiais para a internacionalização das trocas econômicas. É essa reforma, bem mais do que as inovações tecnológicas (de resto, ele admite, admiráveis) que explica, para Hobsbawm, a "Era de Ouro" que se seguiu ao período das guerras mundiais e dos fascismos estatais (1947-1973). Ela foi, paradoxalmente, "um

casamento entre liberalismo econômico e democracia social" (p. 265), mais paradoxalmente ainda porque construído por uma retórica apocalíptica da ameaça nuclear em que se basearia uma nova guerra, povoando por décadas o pesadelo do mundo quando de fato lhe dava estabilidade.

Em seis capítulos, Hobsbawm nos relata "o desenvolvimento sem precedentes" desta Era de Ouro, estabilizada por uma ameaça que de fato escondia uma partilha de forças e contenções entre as superpotências, entre as quais uma URSS na defensiva e sem planos expansionistas reais para basear uma "conspiração comunista mundial", apesar da alucinação pública americana. Ambos os lados contiveram seus seguidores em um nível de realizações moderadas e realistas (proscrição dos partidos comunistas, expansão social-democrata, manutenção de uma direita moderada e políticas de satélites do lado soviético). "A combinação de poder, influência política, suborno e lógica da bipolaridade e antiimperialismo manteve as divisões do mundo estáveis", nos diz Hobsbawm, não obstante a quantidade de conflitos armados mantidos mais ou menos sob controle para não virarem crise mundial: guerra do Vietnã, Cuba (para a qual ele reserva uma das narrativas mais cortantes do livro, no cap. 15), a crise do petróleo de 1973, guerra do Oriente Médio, e a transferência da competição das superpotências para a África e a Ásia (Angola, Moçambique, Etiópia, Irã, Afeganistão), sobretudo no período que chama de "segunda guerra fria", entre 1974 e 1979, quando a balança das revoluções e descolonizações conflitivas no terceiro mundo se alinhava aos soviéticos. E também não obstante essa competição ter enchido o mundo com armas "para todos os gostos e tipos de rebeliões", ao lado de uma "paz fria" feita por serviços secretos, que tanto iria revitalizar a temática da literatura popular, bem próxima aliás dos "roteiros febris" produzidos pela publicidade governamental ocidental sem nenhum indício de intenções bélicas do inimigo. Uma questão que Hobsbawm prevê que intrigará os historiadores do futuro, não obstante haver uma pista no relativo desequilíbrio do poder mundial a partir de tantas derrotas americanas, ocasionando humilhação e presidentes um pouco transtornados com isso.

Alucinações à parte, o período é-nos apresentado como realmente excepcional, socialmente falando, para várias partes do mundo, e mais do que excepcional para os países capitalistas desenvolvi-

dos, responsáveis então por três quartos da produção mundial. Nele não houve fome endêmica, subiu a expectativa de vida, a produção de alimentos cresceu mais rapidamente do que a população em todas as áreas do mundo, o mundo industrial expandiu-se por toda parte e a tecnologia revolucionou a vida cotidiana do mundo rico. É também o período onde a classe operária encontrou-se com o reformado capitalismo da social-democracia, e portanto um período em que um retorno ao "livre-mercado" estava completamente fora de questão. Neste período, quatro outras grandes revoluções aconteceram: o campesinato praticamente desapareceu do mundo industrializado; a classe operária diferenciou-se internamente e perdeu sua unidade; a educação tornou-se maciça; e as mulheres entraram no mundo para além do mercado, na política e na cultura. As grandes instituições de sociabilidade privada sofreram com a "revolução cultural" dos anos 60 e 70, modificando padrões familiares, sexuais e geracionais.

Nem todas estas revoluções são bem-vindas por Hobsbawm, o que já pode ser notado em sua análise dos movimentos estudantis de 1968, para os quais seu crédito é parco enquanto impacto político e mesmo depreciativo diante daquilo que vê apenas como um radicalismo esquerdista desmemoriado desta geração privilegiada de jovens excessivamente demandantes. As fundas modificações da "revolução cultural" certamente não lhe escapam, mas Hobsbawm escolheu quase exclusivamente enfocá-las onde elas solaparam velhos laços de solidariedade e autoridades reconhecíveis como convenções que mediavam a convivência cotidiana das pessoas, em países onde a comunidade real do parentesco e vizinhança convivia — de fato, era essencial — com o relativo igualitarismo e funcionamento da sociedade industrial moderna. Em um tom surpreendentemente evocador de Durkheim, 1968 teria sido o começo daquilo que pode ser entendido como "o triunfo do indivíduo sobre a sociedade" e da desagregação das texturas que os ligavam, os quais criariam, nos anos 90, a tragédia da solidão e dos excluídos, reintroduzindo o termo "subclasse" para os cidadãos que começaram, em números crescentes, a viver fora da sociedade e do mercado oficiais e dependentes de programas sociais cada vez mais incertos. O pior de seus efeitos, para Hobsbawm, não é apenas o individualismo, mas sua combinação com o novo sucesso das políticas neoliberais,

que acabam na face cruel de um capitalismo que dissocia o lucro da produção econômica e portanto cria a inutilidade econômica das pessoas, desemprego social e político e empobrecimento. Nesses termos, o produto político da revolução cultural em torno da subjetividade são tremendos enganos, como as "políticas de identidade" (juntadas sem muita diferenciação com os nacionalismos atuais) para os quais ele reserva suas mais agudas dúvidas: seriam movimentos militantemente nostálgicos, "gritos de socorro pedindo um pouco de 'comunidade'" (p. 335); pior que isso, não trazem nenhum programa político libertador pelas suas próprias autopromulgadas bases étnicas, nacionais ou religiosas, carregadas de uma emocionalidade na qual a identidade de uns é construída sobre a não-identidade dos outros. Aqui, o critério de quem viveu os impasses civilizatórios do século explica a pouca paciência que Hobsbawm tem com os fragmentados movimentos sociais contemporâneos, e sua ênfase quase exclusiva nos aspectos destrutivos (e violentos, em alguns casos) que podem tomar.

O terceiro período (1973-1993) chamado por Hobsbawm de "O Desmoronamento", trata da rápida perda das referências de um mundo controlável por instituições e regras dos conflitos públicos, nacionais e internacional. Um mundo de insegurança política dado com o fim da URSS, que faz a economia capitalista, sem uma ameaça internacional, ousar a negligência e o descompromisso com a população através de uma produção que não gera empregos porque transformada estruturalmente pela tecnologia e sistemas administrativos, de dificuldades financeiras dos governos e com a requeitada ascensão da "teologia" neoliberal como receituário governamental; tudo isso leva à nossa atual tragédia histórica deste fim de século. A gênese destas décadas de crise de fato já haviam sido discutidas na parte sobre os anos 60-70, onde Hobsbawm localiza a nova divisão internacional do trabalho, a crise da hegemonia do dólar e os incícios da transnacionalização dos financiamentos e da produção, tudo isso escapando de qualquer controle nacional ou institucional. Também o fim do socialismo já tinha sido analisado sob a perspectiva de sua decadência, tanto em termos de suas dificuldades econômicas — quando a necessidade de se reformar o sistema econômico de planejamento central não foi conseguida (décadas de 60 e 70), para ser tentada com pressa excessiva e malcuidada internamente nos

anos de Gorbachev — como em termos políticos, quando o desmoronamento político do bloco soviético encontra apenas a cautela e tradicional dureza soviética em reformar-se e flexibilizar-se politicamente ao longo das décadas de 60-70, sobretudo diante da desestalinização de alguns países satélites e das fendas internas na até então total despolitização que o stalinismo provocara em gerações sucessivas. Novamente, a ênfase de Hobsbawm centra-se na análise da desmontagem das instituições que formavam um sistema de controle já introjetado na sociedade soviética, sem que algo realmente eficaz fosse posto no lugar — o que dá na real desagregação política e social de uma Rússia já sem ideais, frágil diante dos fáceis oportunismos pretensamente salvadores.

Pois uma das grandes teses do livro todo é que o novo na história não emerge apenas da destruição daquilo que parece esgotado, mas sobretudo da capacidade de haver projetos e programas reais, factíveis e universais, para se pôr no lugar da desordem e do vácuo que se forma. Em última instância, é somente através deste critério que a transformação social existe para Hobsbawm: dele vem o tratamento um tanto nostálgico de um tempo onde os conflitos traziam perspectivas de mudança real, ou um tanto reducionista das ações e referências políticas e culturais das últimas décadas, de fato mais ricas do que são apresentados; mas é deste critério e de sua urgência em um mundo dramaticamente violento e desorganizado que vem a força de seus julgamentos sobre as décadas recentes. Aí brilham seus argumentos de condenação das formas revolucionárias recentes (anos 60-70) trazidas pelas guerrilhas e sua romantização pela ultra-esquerda, em muitos casos hoje descambadas para formas particularíssimas de violência sem controle; seu espanto com a real revolução iraniana — de massa, urbana e com um peculiar modo de ser contra o mundo ocidental, pois seu programa é voltar para o século VII; é disso que sai, sobretudo, a sua crítica ao neoliberalismo excludente e individualista, que usa a política representativa democrático-liberal para fazer sair do âmbito público e dos Estados nacionais o controle das decisões cruciais sobre a sobrevivência, tornando a política "um exercício de evasão" e ocultamente; é desse critério que vem sua leitura da despolitização e provincianismo dos movimentos sociais com base identitária; que vem seu julgamento sobre as inúmeras histórias que se passam em um

terceiro mundo antes tornado instável e explosivo pela guerra fria e hoje abandonado seletivamente às diferentes consequências da descolonização, da modernização desigual e injustamente distribuída, da manutenção da desigualdade e da deliberada negligência social (onde entra sobretudo o Brasil) — são revoluções e modernidades do colapso, por isso desintegradoras e imobilistas, que custam milhões de vidas humanas e de sonhos realizáveis. Não é por

acaso que após esta história Hobsbawm se detenha, pessimista, entre um passado erodido como herança e um futuro ocultado pelo embaçamento de perspectivas para uma sociedade mudada.

Maria Célia Paoli é professora do Departamento de Sociologia da FFLCH da USP. Já publicou nesta revista "As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão do gênero" (Nº 31).